

LEI COMPLEMENTAR N° 080, DE 30 DE ABRIL DE 2.002.
Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Motuca e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOTUCA DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Artigo 1º) – A Câmara Municipal de Motuca possui a seguinte estrutura Administrativa:

- I – Secretaria
- II – Assessoria

Artigo 2º) – O quadro de pessoal da Câmara Municipal é composto de:

DENOMINAÇÃO	QUANT.	REF.	PROVIMENTO
Diretor Administrativo Financeiro	01	14	Comissão
Assessor Legislativo	01	05	Comissão
Motorista	01	05	Permanente
Escriturário	01	03	Permanente
Aux. Serviços Gerais	01	01	Permanente

Artigo 3º) – O preenchimento de empregos de provimento em Comissão será efetuado preferencialmente por servidores, sem prejuízo dos direitos e vantagens adquiridos.

Parágrafo único – O empregado público designado para ocupar o emprego em comissão, ao ser demitido ou admitir-se retornará ao emprego de origem.

Artigo 4º) – A tabela de vencimentos dos servidores da Câmara Municipal é constituída de 5 (cinco) referências, assim estabelecidas:

REFERÊNCIAS	VALOR BASE
01	393,01
03	429,88
05	560,74
14	1.771,53

Artigo 5º) – Fica instituído o adicional por tempo de serviço atribuindo-se a cada ano de serviço prestado ininterruptamente 1% (um por cento) do respectivo vencimento, adicional este que não ultrapassará o limite de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 1º - O adicional será contado a partir do dia imediato àquele em que o servidor contar com o tempo de serviço exigido.

§ 2º - Os pagamentos serão efetuados após a instituição do benefício.

Artigo 6º) – Para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço, considera-se interrupção:

a – as faltas injustificadas que excederem à 5 (cinco) no ano;

b – as faltas justificadas que excederem a 10 (dez) inclusive para tratamento de saúde, no ano.

Parágrafo único – Não serão consideradas faltas, os afastamentos decorrentes de gala, nojo, acidente de trabalho, licença especial a gestante e paternidade, assim como aquelas destinadas a participação como candidatos em eleições no âmbito municipal.

Artigo 7º) – Os servidores que sofrerem penalidades administrativas, na modalidade de suspensão durante o ano perderão o direito à percepção do adicional, recomeçando a contagem após o cumprimento da penalidade.

Artigo 8º) – Fica instituída a gratificação especial, que poderá ser concedida aos servidores da Câmara que vierem a ser convocados, no interesse do serviço público, para prestarem serviços especiais, em caráter excepcional.

§ 1º - Atingindo o interesse público que motivou a convocação, será cessada a gratificação;

§ 2º - A gratificação a que se refere este artigo será variável, não podendo exceder a 30% (trinta por cento) da referência salarial.

Artigo 9º) – A gratificação ora instituída, em nenhuma hipótese será incorporada ao salário e nem vedará a fruição de vantagens pessoais que o servidor convocado já houver adquirido.

Artigo 10º) – Consideram-se serviços especiais aqueles que vierem a ser desempenhados mediante prévia convocação justificada pela Mesa da Câmara e que venham a exigir do servidor, desempenho de maior relevância e complexidade do que normalmente exigido do emprego, inclusive quanto a finalidade e ou condições de trabalho.

Artigo 11) – O ingresso no quadro de empregos, vinculado ao Regime da CLT., dependerá de aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para empregos em comissão, cuja nomeação, designação e exoneração é atribuição exclusiva da Mesa da Câmara.

Artigo 12) – As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 13) – Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2.002, revogadas as disposições em contrário, em especial as leis ordinárias de idêntico teor anteriormente editadas.

Palácio dos Autonomistas, aos 30 de abril de 2.002.

EMILIO CARLOS FORTES
Prefeito Municipal